

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Tesouro consegue reduzir valor a pagar em ajuste com Petrobras	2
Título: Investimento tem início de ano fraco, aponta Ipea.....	3
Título: Projetos podem ficar mais ágeis com nova norma do Ibama, dizem analistas	5
Título: África do Sul terá apagões por falhas na estatal elétrica.....	6
Título: Protestos na Argélia geram dúvidas sobre contratos	7
Título: Destaques	8
Título: Minério sobe com receios sobre oferta.....	8
Título: Vale sofre novo revés em MG com interdição de mina.....	10
Título: Justiça proíbe uso de duas barragens em Itabira	12
Título: Com lucro recorde, QGEP muda de nome e mira pré-sal.....	13
Título: Açúcar e petróleo, relação ainda frágil	15
Título: Curtas	17
Título: Justiça concede liminares contra IOF sobre receitas de exportação	18
Título: Wall Street começa a semana em alta com valorização do petróleo.....	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: ‘BNDES terá de devolver R\$ 126 bilhões’	21
Título: Brasil aceitará dinheiro chinês, diz Guedes nos EUA	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: Às pressas.....	25
Título: Mais luz na questão nuclear	26
Título: Governo deve anunciar série de medidas econômicas nesta semana	27
Título: Negociações do agro têm pouco a evoluir entre Estados Unidos e Brasil.....	29

Título: Brasil e EUA assinam acordo que permite uso comercial de Alcântara	30
VEÍCULO: O Globo.....	32
Título: Vale começa a pagar auxílio a vítimas de barragem.....	32

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner, Fábio Pupo e Ana Krüger | De Brasília

Título: Tesouro consegue reduzir valor a pagar em ajuste com Petrobras

O Ministério da Economia conseguiu diminuir para menos de US\$ 14 bilhões o valor do pagamento a ser feito pelo Tesouro Nacional à Petrobras por causa da revisão do contrato da cessão onerosa do pré-sal e chegou próximo a um desfecho sobre o assunto. Um interlocutor disse que o entendimento estaria próximo de US\$ 10 bilhões, mas um número final ainda não está fechado.

Ontem, em rápida entrevista coletiva na portaria do Ministério da Economia, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que anunciaria amanhã medidas para os Estados, relativas à cessão onerosa e à Eletrobras, mas não detalhou quais seriam essas iniciativas. Esse anúncio, contudo, pode acabar ficando para quinta, por causa da possibilidade de o projeto de reforma da Previdência dos militares ser divulgado amanhã.

Não é certo que um acordo em torno da cessão onerosa será anunciado nessa entrevista coletiva que o secretário disse que ocorrerá. Mas, de qualquer forma, as partes já estão muito próximas de um entendimento, de acordo com fontes ouvidas pelo **Valor**.

Segundo um interlocutor, os princípios seguidos para um entendimento é garantir uma boa política energética, a otimização de receitas para a União e uma boa governança para os acionistas minoritários da empresa. "Entramos em uma zona de convergência", disse a fonte.

A abordagem da equipe comandada pelo ministro Paulo Guedes em torno desse tema é diferente da anterior, dando mais peso para a negociação diretamente entre as duas partes para dar celeridade à definição sobre o ajuste de contas.

Nesse sentido, o governo já havia descartado a necessidade de um projeto de lei para viabilizar o acerto, como defendia o ex-ministro Eduardo Guardia. Diante das dificuldades de o texto avançar no Congresso, prevaleceu a leitura de que a tese do ministro anterior estava errada e que bastava um acordo entre as partes.

A equipe anterior até via como alternativa a possibilidade de um aval do Tribunal de Contas da União (TCU). Agora, o time de Guedes considera desnecessário o aval, ainda que entenda "de bom tom" que a corte de contas acompanhe o assunto.

No ano passado, a equipe econômica de Michel Temer avaliava que um entrave para a assinatura do acordo era o receio de técnicos por eventuais responsabilizações oriundas de órgãos de controle. Um parecer do TCU suficientemente detalhado resolveria isso e "blindaria" os envolvidos em caso de possíveis contestações apenas perante a corte - deixando brechas para possíveis ações do Ministério Público, por exemplo. O medo é maior por causa dos valores bilionários envolvidos na negociação.

O acordo deve ser assinado por técnicos do Ministério da Economia, do **Ministério de Minas e Energia**, da Agência Nacional de Petróleo, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Petrobras. Ter um acordo sacramentado é visto pelos técnicos do Ministério da Economia como condição necessária para que seja possível fazer o leilão das áreas adjacentes do pré-sal ainda neste ano. Os recursos a serem arrecadados são calculados em R\$ 100 bilhões, sendo que parte disso irá para pagar o acerto de contas com a estatal petrolífera.

Guedes tem interesse nesse montante para tentar melhorar as contas públicas e reduzir a necessidade de financiamento do país. Também poderá usar parte disso para obter apoio mais enfático de governadores pela reforma da Previdência. A maneira de fazer isso, contudo, carrega dúvidas, já que parte dos técnicos defende que a partilha desse dinheiro seja feita mediante contrapartidas de medidas de ajuste fiscal pelos entes da federação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Hugo Passarelli | De São Paulo

Título: Investimento tem início de ano fraco, aponta Ipea

Os investimentos subiram 1,3% em janeiro na comparação com dezembro, feitos os ajustes sazonais, segundo o Indicador Ipea de Formação Bruta de

Capital Fixo (FBCF). Embora o resultado tenha interrompido dois meses de queda, período em que a baixa acumulada foi de 3,3%, o dado de janeiro mostra retração de 2,2% se forem excluídas do cálculo as importações de plataformas de petróleo.

Desde o ano passado, a mudança no regime do Repetro, que dá tratamento tributário e aduaneiro diferenciado ao setor de petróleo e gás, passou a incorporar plataformas de petróleo "antigas", já em operação no país, dentro do investimento. Até que a contabilização desses itens seja normalizada, é preciso cautela para analisar o ritmo da FBCF.

No início do mês, a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) também explicitou essa influência estatística. Apesar de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter informado que o investimento cresceu 4,1% em 2018 ante o ano anterior, economistas estimam, porém, que o dado "real" apontou alta mais modesta, em torno de 2%.

O início de ano fraco para o investimento fica explícito também em outras análises. Segundo o Ipea, houve recuo de 2,3% no trimestre encerrado janeiro ante o terminado em outubro.

"Esse desempenho é resultado de uma acomodação da indústria, que ainda convive com um nível de ociosidade bastante elevado", afirma Leonardo Mello de Carvalho, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea.

Segundo ele, também pesa a incerteza dos empresários quanto ao andamento da reforma da Previdência. "Por enquanto, os índices de confiança mostram melhora só da expectativa futura. O investimento só deve reagir quando melhorarem as perspectivas para o curto prazo", afirma.

De acordo com o Ipea, o subitem de máquinas e equipamentos cresceu 5,5% em janeiro ante dezembro. O avanço foi puxado por uma alta de 115,9% na importação de bens de capital, em que são contabilizadas as plataformas de petróleo. Na via inversa, a produção interna de bens de capital, líquida das exportações, sempre na análise de janeiro contra dezembro, caiu 28,4%.

Já o indicador de construção civil, também um importante componente do investimento, ficou estagnado na comparação dessazonalizada. Com isso, o trimestre móvel terminado em janeiro caiu 0,8% ante o período imediatamente anterior. O terceiro componente da FBCF, classificado como outros ativos fixos, mostrou queda de 0,1% na passagem de dezembro para janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/03/2019****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Projetos podem ficar mais ágeis com nova norma do Ibama, dizem analistas**

A recém-publicada Instrução Normativa nº 8 do Ibama, que regulamenta a possibilidade de o instituto delegar a administração de licenciamento ambiental de projetos de infraestrutura de âmbito federal para órgãos estaduais e municipais, pode destravar uma série de empreendimentos, agilizar o licenciamento de novos projetos e reduzir a percepção de risco por parte do investidor, de acordo com especialistas ouvidos pelo **Valor**. Eles, no entanto, entendem que a seleção dos projetos que serão delegados deve ser criteriosa e considerar a capacidade dos órgãos estaduais e municipais.

Na prática, pela norma, que entrou em vigor no fim de fevereiro, o licenciamento de projetos de infraestrutura - como obras de hidrelétricas, sistemas de exploração e produção de petróleo, rodovias e ferrovias - pode ser transferido para os órgãos estaduais e municipais, por iniciativa do Ibama ou nos casos em que ele for provocado pelo empreendedor ou pelo órgão estadual ou municipal.

Para especialistas, a medida possibilitará ao Ibama encaminhar para os demais órgãos o licenciamento de projetos mais simples - como a construção de uma hidrelétrica de menor porte ou uma pequena obra de ampliação de ferrovia -, podendo se concentrar nos empreendimentos de maior impacto ambiental.

"Administrativamente, a tendência é agilizar o licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte e melhorar o cenário da judicialização da questão ambiental", afirma Fabiana Vidigal de Figueiredo, especialista em ambiente e sócia do escritório CMT Advogados. Segundo ela, a medida também melhora a avaliação de risco de projetos pelos investidores.

No caso de processos judiciais em que se questiona a competência do órgão ambiental responsável pelo licenciamento, o Ibama poderá fazer a delegação cautelar do licenciamento ao órgão estadual ou municipal. Essa delegação subsistirá até o fim do processo, podendo tornar-se definitiva, caso seja definida que a competência é do Ibama. Nos casos em que for julgado que o licenciamento é do órgão estadual ou municipal, a delegação perderá seu objeto. Com isso, na prática, evita-se que o licenciamento seja emperrado.

O Ibama explicou, em nota ao **Valor**, que a delegação cautelar poderá ser aplicada para os licenciamentos que já são objeto de processo judicial. O órgão ressaltou ainda que a norma não tem finalidade de delegar o licenciamento, e sim estabelecer procedimentos internos para os casos de delegação já previstos na Lei Complementar nº 140/2011.

Rafael Feldmann, do escritório R. Feldmann Advogados, também acredita que a medida é positiva para o setor de infraestrutura. "Mas ela deve ser usada com parcimônia", acrescentou o especialista. Segundo ele, a delegação do licenciamento é interessante desde que o órgão que ficará responsável esteja capacitado para isso. Caso não haja cautela na delegação dos processos, explicou, o efeito pode ser contrário ao previsto e acarretar na judicialização do licenciamento.

O Ibama acrescentou que os projetos passíveis de delegação para órgãos estaduais e municipais são "pontuais" e serão sempre acompanhados pelo instituto.

"A IN [Instrução Normativa] orienta a atuação de agentes públicos que, com base em previsão legal ou decisão judicial, delegam e, consequentemente, devem acompanhar a condução de processos de licenciamento ambiental por órgãos estaduais ou municipais de ambiente", informou o Ibama. "Os projetos de delegação são pontuais. A análise em relação à conveniência e oportunidade de cada um deles é feita com base em documentos técnicos elaborados pela equipe de licenciamento ambiental."

Outro ponto importante é que, apesar da possibilidade de delegação do licenciamento, a gestão dos recursos a título de compensação ambiental permanecerá sob a responsabilidade do Ibama.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/03/2019

Seção: Internacional

Autor: Agências internacionais

Título: África do Sul terá apagões por falhas na estatal elétrica

A estatal de energia elétrica da África do Sul, Eskom, fará mais cortes no fornecimento nesta semana, pois continua a lutar com déficits de capacidade que ameaçam frustrar esforços do presidente Cyril Ramaphosa para estimular os investimentos e a economia.

A Eskom fornece mais de 90% da energia no país, mas sofreu falhas seguidas em suas centrais elétricas alimentadas a carvão, além de níveis de água reduzidos em suas usinas hidroelétricas e escassez de óleo diesel.

Ramaphosa disse à rede de televisão eNCA que os cortes de energia eram preocupantes e que as autoridades estavam trabalhando para restaurar o fornecimento.

A situação piorou no sábado, após um ciclone devastador em Moçambique ter feito a Eskom perder importações do sistema hidrelétrico moçambicano de Cahora Bassa, que contribui com 1.000 MW para a rede sul-africana.

No domingo à noite, a empresa informou que continuaria a implementar cortes programados às segundas e terças-feiras.

O comércio tem sofrido interrupções, especialmente empresas que não têm acesso a geradores.

O desempenho das estações de energia da Eskom se deteriorou de forma acentuada, em parte por causa de adiamentos na manutenção. As estações elétricas antiquadas que têm entre 37 e 50 anos podem sofrer ainda no inverno, que começa para valer em junho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/03/2019

Seção: Internacional

Autor: Dow Jones Newswires

Título: Protestos na Argélia geram dúvidas sobre contratos

A turbulenta transição política na Argélia tem criado incertezas em torno a vários contratos de investimento estrangeiro no maior país produtor de gás natural da África. Nas últimas semanas, a Exxon Mobil adiou a assinatura de um acordo preliminar com a estatal argelina Sonatrach, enquanto empresas como a BP e a norueguesa Equinor expressaram receios do impacto da agitação política na produção de petróleo e gás.

A Argélia depende altamente da produção de petróleo e gás e precisa da injeção de dinheiro externo para reverter o declínio na produção resultante de condições contratuais pouco atraentes e da pesada burocracia no país.

Apostando nos incentivos tributários e nas promessas de reforma do governo do presidente Abdelaziz Bouteflika, empresas estrangeiras vêm negociando acordos para explorar as reservas de gás de xisto da Argélia, as terceiras maiores fora dos EUA.

Ontem, Bouteflika, de 82 anos e há 20 anos no poder, desafiou os protestos em massa pedindo sua renúncia imediata, insistindo em um plano para eleger um sucessor só depois que uma conferência nacional e uma nova constituição forem aprovadas.

Em uma carta divulgada pela TV estatal Ennahar, o presidente reiterou um plano anterior de uma conferência nacional para reformar o sistema político, que seria realizado em breve.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

AES Tietê emite R\$ 2,2 bi

O conselho de administração da AES Tietê aprovou a emissão de R\$ 2,2 bilhões em debêntures em três séries. Os juros remuneratório são de 100% da taxa DI, mais 1% ao ano na primeira série. Na segunda e terceira séries, os juros correspondem a um percentual da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA, mais 0,35% ao ano. Os recursos captados serão utilizados para reforço de caixa e resgate antecipado de dívidas, a fim de melhorar o perfil de endividamento da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivan Ryngelblum | De São Paulo

Título: Minério sobe com receios sobre oferta

Os preços do minério de ferro iniciaram a semana em alta, com o ressurgimento dos temores de que o impacto da tragédia em uma mina da Vale em Brumadinho (MG), em janeiro, na disponibilidade global da commodity seja maior do que o esperado. Enquanto analistas elevaram as estimativas para os preços da tonelada no curto prazo - para até US\$ 85 em três meses -, participantes do mercado chinês disseram que as cotações podem superar US\$ 90, caso a demanda se mantenha saudável.

Na sexta-feira, a Vale informou que a 2ª Vara Cível da Comarca de Ouro Preto determinou a suspensão das atividades na barragem Doutor, da mina de

Timbopeba, em Ouro Preto (MG), com impacto de 12,8 milhões de toneladas por ano na produção de minério. Com isso, subiu a 80 milhões de toneladas por ano a perda estimada de produção da mineradora brasileira, conforme o BTG Pactual.

De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao subiu 2% ontem, ou US\$ 1,74, para US\$ 88,26 a tonelada. Essa é maior cotação desde 20 de fevereiro. Com esse desempenho, o minério de ferro ampliou os ganhos em março a 3,42%. No ano, a valorização já era expressiva e chegou a 21,35%.

A valorização da commodity impulsionou as ações de grandes mineradoras nas bolsas internacionais

Diante dos novos acontecimentos, o banco suíço Julius Baer elevou suas expectativas para os preços do minério no curto prazo. Agora, espera US\$ 85 por tonelada da em três meses, alta de 21,4% frente aos US\$ 70 projetados anteriormente. Em 12 meses, o novo preço está estimado em US\$ 75 por tonelada, com aumento de 15,4%. Há risco de nova revisão, segundo o analista de commodities Carsten Menke. Em nota a clientes, o analista afirmou que o incidente na Vale segue enviando ondas de choque no mercado internacional.

A notícia de sexta-feira, seguiu Menke, elevou os preços negociados na China e em Cingapura em torno de 2,5%. "Embora já apontássemos a elevação dos riscos regulatórios, estamos surpresos com [a nova] ordem judicial. Ao que parece, a situação da oferta no Brasil se tornou incontrolável, diante do desejo das autoridades brasileiras de demonstrar que estão determinadas a esclarecer o quarto maior acidente em mineradoras em menos de quatro anos e a evitar outro", escreveu o especialista.

Com a suspensão, as reservas de minério continuam caindo, o que aproxima do equilíbrio a relação entre oferta e demanda, apesar da expectativa de retração no consumo na China. Na avaliação do Julius Baer, a economia mais fraca no país asiático e o mercado imobiliário moderado devem resultar em queda na produção local de aço neste ano. O banco tem visão neutra para o minério de ferro.

Antes do anúncio de sexta-feira, analistas projetavam redução líquida de 50 milhões de toneladas na produção de minério da Vale neste ano, o equivalente a 3% ou 4% do volume negociado no mercado transoceânico, segundo o "Financial Times". Ao jornal britânico, o analista Christopher LeFemina, do banco de investimentos Jefferies, lembrou que grandes mineradoras, como Rio Tinto, BHP e Fortescue, estão operando a plena capacidade, o que limita a possibilidade de resposta imediata a uma eventual escassez de oferta.

A valorização da commodity impulsionou as ações de mineradoras nas bolsas internacionais. Em Londres, os papéis de BHP e Rio Tinto ficaram entre os maiores ganhos, com alta de 2,9% e 2,8%, respectivamente, negociados a 17,68 libras e 42,67 libras esterlinas. Para a Vale, o BTG Pactual manteve a recomendação de compra dos recibos de ações (ADRs) e o preço-alvo de US\$ 15,50. A aposta é que o minério mais caro vai impulsionar o resultado operacional.

Para chegar a 80 milhões de toneladas de impacto na produção de minério da Vale, o BTG somou a perda estimada com a paralisação de Timbopeba, de 12,8 milhões de toneladas por ano, com a da suspensão das atividades na mina de Brucutu (30 milhões de toneladas) e a redução de 50% da capacidade do Sistema Sul, resultando em uma perda de aproximadamente 40 milhões de toneladas ao ano.

Apesar das interrupções, os analistas Leonardo Correa e Gerard Roure estimam que a Vale deve encerrar 2019 com lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US\$ 20 bilhões, acima dos US\$ 16 bilhões projetados para 2018, beneficiada pelo aumento dos preços do minério de ferro no mercado internacional, causado justamente pela paralisação de parte de sua produção.

"Está claro para nós que não existe capacidade de alta [da produção] disponível no mercado para rapidamente compensar estas 'toneladas perdidas'", diz trecho do relatório. "Isso nos faz acreditar que os preços permanecerão altos por mais tempo."

Os analistas do BTG Pactual afirmaram ainda que a Vale deve registrar excedente de caixa de US\$ 10 bilhões neste ano, considerando que os investimentos fiquem em US\$ 5 bilhões e a companhia não tenha que pagar nenhuma multa relacionada ao rompimento da barragem de Brumadinho ainda em 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes e Ivan Ryngelblum | Do Rio e de São Paulo

Título: Vale sofre novo revés em MG com interdição de mina

O cerco sobre a Vale se fecha ainda mais em Minas Gerais. Ontem a mineradora comunicou ao mercado que a 2ª Vara Cível de Nova Lima (MG) determinou, em liminar, o bloqueio de recursos da empresa no valor de R\$ 1 bilhão. A medida busca garantir eventual ressarcimento de prejuízos decorrentes da evacuação

da comunidade de São Sebastião das Águas Claras-Macacos, em Nova Lima, em fevereiro.

Na sexta-feira, a 2ª Vara Cível da Comarca de Ouro Preto havia fixado, em outra decisão, que a companhia se abstenha de operar as estruturas da mina de Timbopeba, situada no município, o que tira 12,8 milhões de toneladas anuais de minério de ferro da Vale no Estado. Com as novas medidas judiciais, os valores bloqueados da mineradora chegam a R\$ 13,6 bilhões, enquanto os cortes na capacidade de produção da Vale em Minas Gerais somam 82,8 milhões de toneladas por ano.

Antes da tragédia de Brumadinho, em 25 de janeiro, a Vale tinha a meta de produzir 400 milhões de toneladas de minério de ferro neste ano. Cerca de metade dessa produção está concentrada em Minas Gerais e, nas contas de bancos, 80% da produção da empresa no Estado depende de barragens. O BTG Pactual considerou que a Vale deve deixar de produzir mais de 80 milhões de toneladas por ano de minério de ferro com os efeitos da paralisação das atividades na barragem Doutor, da Mina de Timbopeba, em Ouro Preto (MG). A Vale disse que a barragem Doutor possui declaração de estabilidade em vigor e foi inspecionada no dia 14 de março por técnicos da Agência Nacional de Mineração (ANM). A empresa tenta reverter a decisão.

A perda estimada pelo BTG considera a paralisação de Timbopeba, mais a suspensão das atividades da mina de Brucutu (30 milhões de toneladas ao ano) e a redução de 50% da capacidade do Sistema Sul, resultando em uma perda de cerca de 40 milhões de toneladas ao ano. Apesar das interrupções, o BTG estima que a Vale deve encerrar 2019 com um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) de US\$ 20 bilhões, acima dos US\$ 16 bilhões projetados para 2018, beneficiada pelo aumento dos preços do minério de ferro no mercado internacional, causado justamente pela paralisação de parte de sua produção.

Para analistas, a Vale só conseguirá reduzir a pressão sobre a companhia quando assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Assinar um TAC e retomar as operações em Minas Gerais estão entre as prioridades do presidente interino da Vale, Eduardo Bartolomeo, que assumiu o cargo há pouco mais de duas semanas.

Nesse período, Bartolomeo se dedicou a visitar a "linha de frente" das operações em Minas Gerais. Esteve em Brumadinho conversando com os funcionários envolvidos nos trabalhos de assistência. "Brumadinho é prioridade absoluta para a Vale", disse Bartolomeo, segundo relato de pessoas próximas, em visita que fez ao município logo depois de assumir o cargo. A empregados, Bartolomeo indicou que tem como prioridade acelerar a reparação dos danos e

o pagamento de indenizações. Ontem, no começo da noite, a Vale conseguiu uma notícia favorável: derrubou a interdição da prefeitura de Mangaratiba (RJ) para voltar a operar o Terminal da Ilha Guaíba (TIG), um dos terminais da empresa para exportação de minério de ferro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Justiça proíbe uso de duas barragens em Itabira

A Justiça de Minas Gerais proibiu a mineradora Vale de depositar rejeito nas barragens Dique Minervino e Dique Cordão Nova Vista, ambas na cidade de Itabira, região central do Estado. A decisão liminar que foi tomada no dia 15, mas divulgada em detalhes somente ontem pela Justiça mineira e pelo Ministério Público Estadual.

Foi o MP que pediu a interrupção das atividades depois de ter recebido, na quinta-feira, segundo informou, novas informações da empresa Tüv Süd, especializada em certificação de barragens e prestadora de serviços para a Vale.

Na sentença, a juíza Dayane Rey da Silva, da 1ª. Vara Cível da comarca de Itabira, menciona trechos do pedido da promotoria citando os novos alertas da Tüv Süd. "Com base nas informações disponíveis, atualmente os peritos não estão aptos a confirmar a estabilidade de nenhuma das barragens mencionadas", escreveu a juíza.

Os peritos da Tüv Süd também afirmaram ao MP que "qualquer atividade de construção nessas barragens e qualquer vibração (incluindo de perfuração, trabalho de construção, trânsito de veículos ou de pessoas na barragem) devem ser estritamente evitadas, pois podem gerar uma falha."

E mencionaram o risco de que pequenos tremores de terra - ainda que não sentidos pelos moradores da região - possam gerar um processo chamado de "liquefação" no qual a barragem se desfaz.

A juíza determinou a interrupção, caso esteja ocorrendo, da deposição de rejeito nas duas barragens que integram o Complexo do Pontal. Ela determinou também uma listagem completa de todas as atividades feitas pela Vale atualmente nessas barragens e a suspensão de quaisquer obras nas estruturas.

A decisão também impôs multa de R\$ 1 milhão por dia à Vale caso as medidas não sejam cumpridas.

No início da noite, a Vale informou que a proibição do depósito nas barragens Dique Minervino e Dique Cordão Nova Vista não tem impacto significativo nas operações da Mina Cauê, uma vez que a descarga da usina já havia sido direcionada para outras estruturas.

Em nota enviada à imprensa, a companhia informou que "atendeu imediatamente à determinação de paralisação de atividades e adotará as demais medidas necessárias ao atendimento da liminar". Segundo a empresa, os diques afetados possuem declaração de estabilidade emitida em setembro.

Também em cumprimento à decisão, a Vale interrompeu as obras de manutenção no dique 2 do sistema de Pontal e reforçou a vigilância. A empresa diz que providenciará o cercamento de toda a área para evitar o acesso da população e que as comunidades dos bairros próximos serão informadas sobre ações de bloqueio à área.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Com lucro recorde, QGEP muda de nome e mira pré-sal

A Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), que anunciou ontem a mudança de sua denominação social para Enauta, pretende arrematar uma área de pré-sal nos leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) até o próximo ano. A estratégia da empresa é ter uma participação entre 10% e 20% de uma dessas áreas.

"Continuamos atentos, porque achamos que nosso portfólio necessita, se não neste ano no próximo, ter um ativo em pré-sal. E vamos tentar buscar isso", afirmou o presidente da Enauta, Lincoln Guardado, ao **Valor**.

Segundo ele, o foco da empresa é o 6º Leilão do Pré-sal e a 16ª Rodada de Concessões da ANP, previstos para o segundo semestre. "Nós continuamos interessados na partilha [regime de partilha de produção do pré-sal] e em concessão que envolva pré-sal, o que deverá haver na 16ª [Rodada]", disse.

Apesar de acompanhar as discussões em torno do mega leilão do excedente da cessão onerosa neste ano, a Enauta não deverá participar do certame. A

expectativa é que o leilão atraia atenção das grandes petroleiras, elevando a concorrência e os esforços financeiros para a aquisição das áreas.

Ainda com relação à gestão de portfólio, a companhia também analisa oportunidades de venda de participações na bacia do Pará-Maranhão. Segundo Guardado, o processo está "muito bem encaminhado" e a expectativa é realizar a venda ainda neste ano.

Apesar do interesse por áreas do pré-sal, a petroleira já tem um pé na camada geológica. O campo de Atlanta, na Bacia de Santos, tem possibilidades no nível do pré-sal, mas os esforços da empresa no campo são dedicados ao pós-sal.

Atlanta iniciou a produção no ano passado e deve alcançar um volume 25 mil e 27 mil barris de óleo equivalente por dia no terceiro trimestre de 2019, a partir de um terceiro poço, cuja perfuração começou em fevereiro. O campo vai consumir US\$ 43 milhões do total de US\$ 65 milhões de investimentos previstos pela Enauta neste ano. Para 2020, a petroleira prevê investir US\$ 133 milhões, sendo US\$ 90 milhões em Atlanta e US\$ 43 milhões em outros ativos.

Após a saída da Dommo (antiga OGX) do negócio, decidida por tribunal arbitral depois que a petroleira fundada por Eike Batista não acompanhou os investimentos de desenvolvimento em Atlanta, a Enauta passou a ter 50% do bloco BS-4, junto com a Barra Energia.

Enquanto a produção em Atlanta está em ritmo de crescimento, a extração de gás natural no campo de Manati, na Bacia de Camamu-Almada, deve recuar. A estimativa da empresa é que a produção em 2019 seja de 4,1 milhões de m³ /dia, ante a projeção anterior de 4,3 milhões m³ /dia. A queda, explicou a diretora Financeira e de Relações com Investidores da Enauta, Paula Corte-Real, se deve à menor produção em janeiro e a uma parada programada da unidade de Manati, em março.

O início de produção em Atlanta impulsionou a receita líquida da companhia, que alcançou cerca de R\$ 800 milhões em 2018. O lucro, de R\$ 425 milhões, também foi recorde, com alta de 19% ante 2017. O resultado foi motivado pelo aumento da produção de petróleo e gás e por efeitos extraordinários.

Com um caixa líquido de R\$ 1,6 bilhão no fim de 2018, a empresa decidiu pagar dividendos no valor de R\$ 500 milhões.

Sobre o novo nome, a estratégia está em linha com o movimento de outras petroleiras, buscando uma marca que represente uma visão mais ampla de energia, não baseada apenas em petróleo. No caso da Enauta, em um primeiro momento, a aposta de crescimento é no gás natural, combustível menos

poluente que o óleo. Guardado, porém, não descarta o investimento em fontes renováveis no futuro, principalmente no mar, onde a companhia é especialista.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/03/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Açúcar e petróleo, relação ainda frágil

Quando a Petrobras mudou de comando e de estratégia e passou a vincular os preços domésticos da gasolina às cotações internacionais do petróleo, foi uma alegria só entre os usineiros. Eles acreditavam que não apenas os preços do etanol acompanhariam as flutuações do derivado fóssil como também o açúcar seria levado por essa correnteza. Afinal, no Brasil, maior exportador mundial e, supostamente, o maior influenciador de seus preços, o açúcar "concorre" pela mesma cana que o etanol. Até agora, entretanto, não foi exatamente assim.

De acordo com análise da consultoria FG/A, sediada em Ribeirão Preto (SP), desde outubro de 2016 - quando a Petrobras deu um cavalo de pau na sua política de preços de combustíveis sob orientação do recém-empossado presidente Michel Temer - até dezembro do ano passado, a correlação entre os contratos futuros (primeira posição de entrega) do açúcar demerara e os preços do petróleo WTI na bolsa de Nova York foi "negativa" em 53%. Ou seja, em mais de metade das sessões as cotações do açúcar e do petróleo caminharam em direções opostas.

Essa disparidade ficou mais flagrante a partir do primeiro semestre de 2017, quando os preços do açúcar começaram a "derreter" diante dos sinais de que, com o apoio de generosos subsídios de Nova Déli - questionados por concorrentes ao redor de todo o planeta -, a produção de açúcar da Índia acabaria responsável por boa parte do superávit global de oferta de 10 milhões de toneladas observado na temporada internacional 2017/18.

A pressão sobre as cotações da commodity agrícola foi intensificada em meados do ano passado, quando as especulações pré-eleitorais no Brasil conduziram o dólar às nuvens, o que incentivava os brasileiros a ofertarem sua produção no mercado global. Em agosto de 2018, os preços do açúcar demerara caíram tanto que voltaram a visitar patamares que não eram observados desde 2007 - superando inclusive as mínimas registradas em 2015, quando o congelamento dos preços da gasolina no Brasil mais fustigou os mercados de etanol e açúcar.

Ao mesmo tempo, as cotações do petróleo iniciavam uma trajetória ascendente que só terminaria no último trimestre do ano passado, sustentadas pelo

crescimento da economia global e por restrições da produção, pelas mais variadas razões, em quase todos os principais produtores, desde Irã e Venezuela até Estados Unidos e membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Em setembro do ano passado, a escalada do petróleo chegou ao pico e as cotações alcançaram o patamar mais elevado em quase quatro anos.

Esse movimento das cotações do petróleo chegou a ter uma correlação bem mais estreita com os preços domésticos da gasolina por causa da política da Petrobras. Segundo a FG/A, nesse caso a correlação foi "positiva" em 84% entre outubro de 2016 e dezembro de 2018. O reflexo também foi sentido no mercado de etanol, que surfou na alta da gasolina e ainda continua batendo recordes de vendas. Mas, no mercado de açúcar, se mostrou mais frágil do que parecia.

Nesse período de dois anos e cinco meses de liberalização dos preços domésticos de gasolina no Brasil, apenas nos últimos cinco meses o comportamento dos mercados de açúcar e do petróleo começou a ficar mais parecido. Segundo análise da FG/A, de outubro a dezembro de 2018 a correlação entre os contratos do açúcar demerara com vencimento em março de 2019 e os preços do petróleo WTI ficou positiva em 72%.

Para Juliano Merlotto, um dos sócios da FG/A, esse "descasamento" observado até o fim do ano passado é explicado porque havia um cenário de superávit de oferta de açúcar no mundo e também porque a política de "importação" de preços dos combustíveis fósseis é relativamente recente. "Começou só depois do governo Temer. Tem dois anos e foi concomitante ao pico de produção [de açúcar] na Ásia", diz.

Para a consultoria, os preços das duas commodities vão começar a se emparelhar a partir de agora. "Começamos a olhar uma produção menor em alguns países e regiões, como Índia, Europa e, recentemente, no Brasil. Com isso, podemos ver um ano em que não tenhamos tanta expectativa de superávit de açúcar no mercado mundial. Talvez a lógica possa prevalecer e a correlação aumentar", avalia Merlotto.

Além disso, muitos grupos sucroalcooleiros instalados no Brasil têm investido para aumentar a flexibilização de suas usinas para direcionar mais cana para a produção de etanol, o que aumenta a capacidade e a agilidade de alteração do "mix" de produção diante de mudanças nos preços.

"Já se vê mais correlação entre o açúcar e o etanol no futuro", indica. Mas novas surpresas não estão descartadas. "Ainda temos um estoque mundial elevado de açúcar", observa. O descasamento observado nesses dois anos, portanto, indica

que é preciso que outros fatores estejam presentes para que a correlação se cumpra.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	19/03/2019
Seção:	Curtas
Autor:	
Título:	Curtas

Equatorial e Ceal

A Equatorial Energia concluiu a compra da Companhia Energética de Alagoas (Ceal) ontem, com a transferência de cerca de 89,9% do capital social. Segundo o comunicado, a companhia realizou a liquidação financeira da compra, com o pagamento integral da remuneração devida à B3 e o aporte de R\$ 545,7 milhões na distribuidora de energia previsto no edital.

Weg cresce em solar

A fabricante de máquinas e equipamentos Weg fechou mais um contrato para entregar um parque de geração solar fotovoltaica na Paraíba, de 31 megawatts (MW) de potência. Ao fim da conclusão dos projetos em carteira, o que deve acontecer em meados deste ano, a companhia chegará a 223 MW em projetos construídos e instalados para clientes.

Mahle Metal Leve lucra

A fabricante de autopeças Mahle Metal Leve registrou lucro líquido atribuído aos acionistas controladores de R\$ 67,9 milhões no quarto trimestre de 2018, alta de 56,1% ante o mesmo período de 2017. A receita líquida de R\$ 634,5 milhões de outubro a dezembro do ano passado subiu 10%. O custo das vendas teve expansão de 21,7%, para R\$ 512,8 milhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) atingiu R\$ 86,6 milhões, 4,7% superior.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/03/2019****Seção: Legislação e Tributos****Autor: Laura Ignacio e Joice Bacelo | De São Paulo e Brasília****Título: Justiça concede liminares contra IOF sobre receitas de exportação**

Grandes empresas, como Biosev, ArcelorMittal e Equinor Energy do Brasil/Statoil Brasil, foram à Justiça e obtiveram liminares contra o pagamento de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a entrada no país de receitas de exportação. No início do ano, os bancos começaram a enviar cartas a exportadores para avisar que passariam a reter 0,38% de IOF, conforme novo entendimento da Receita Federal.

Concedidas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, essas decisões já são usadas por outras empresas para evitar o recolhimento. Os contribuintes alegam que o Decreto nº 6.306, de 2007, garante alíquota zero do imposto nas operações de câmbio realizadas no ingresso dessas receitas (artigo 15-B).

A cobrança tem como base a Solução de Consulta nº 246, de dezembro, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) da Receita Federal. O texto afirma que "se os recursos inicialmente mantidos em conta no exterior forem, em data posterior à conclusão do processo de exportação, remetidos ao Brasil, haverá incidência de IOF à alíquota de 0,38%".

A Receita interpreta que o processo de exportação encerra-se com o recebimento dos recursos em conta mantida no exterior. Por isso, se em data posterior ao depósito o exportador decide remeter os recursos ao Brasil, é obrigado a pagar o IOF.

Os bancos decidiram seguir o entendimento da Receita porque são os responsáveis pela retenção automática do imposto e podem ser cobrados caso o IOF não seja recolhido. Esse percentual é significativo, principalmente para companhias que são majoritariamente exportadoras, como as dos setores de mineração, óleo e gás e do agronegócio.

A Biosev, uma das maiores processadoras de cana-de-açúcar do país, obteve liminar na 11ª Vara Cível Federal de São Paulo (processo nº 5001951-88.2019.4.03.6100). Para a juíza Regilena Emy Fukui Bolognesi, que julgou o caso, "a criação de marco temporal, efetivamente menor que vinte e quatro horas, cria obrigação que desborda de previsão normativa".

Já a Equinor Energy/Statoil Brasil conseguiu, no Rio, decisão favorável do juiz João Augusto Carneiro Araújo, da 30ª Vara Federal do Estado. "Não há qualquer outra exigência na lei, a não ser que os ingressos sejam decorrentes de receitas

de exportação", diz o magistrado na decisão (processo nº 5011528-10.2019.4.02.5101).

Em Minas Gerais, a juíza Maria Edna Fagundes Veloso, da 15ª Vara Federal Cível, proferiu liminar para a ArcelorMittal. "A conclusão da Receita Federal, ao desbordar dos limites do decreto regulamentador, impondo restrições que este não contempla, vai na contramão do próprio escopo extrafiscal da norma, que ao fixar a alíquota zero para o IOF, não foi outra que não incentivar o ingresso, no país, de recursos decorrentes de exportação", diz a juíza na decisão (processo nº 1001989-41.2019.4.01.3800).

O advogado Leonardo Homsy, sócio do escritório Mattos Filho, explica que a Lei nº 13.371, de 2006, permite a exportadores manter recursos no exterior, decorrentes de exportação, para cumprir obrigações lá fora. "Assim, a empresa mantém o recurso em moeda estrangeira sem ter que fazer um hedge para proteger esse capital", diz. Além disso, ele lembra que as exportações brasileiras são desoneradas de tributos, com base no texto da Constituição Federal.

"Temos muitos clientes com esse problema da área de óleo e gás porque todo o nosso petróleo é exportado para ser refinado. Não resta outra alternativa a não ser entrar com ação na Justiça", afirma Homsy.

Representante da ArcelorMittal no processo, o advogado Valter de Souza Lobato, do SCMD Consultores e Advogados, diz que a solução de consulta vai muito além da lei ao lhe dar uma interpretação incompatível com sua literalidade e com sua finalidade. "A receita de exportação não perde tal natureza por ter originalmente ingressado em conta no exterior e posteriormente internalizado no Brasil."

Leonardo Melo, do escritório Almeida Advogados, representante da Biosev no caso, pondera que soluções de consulta têm o viés de "explicar, dirimir dúvidas, e não de criar confusão", como entende ter ocorrido. "Está sendo extremamente prejudicial porque essa norma vincula todos os auditores e os responsáveis pelo recolhimento do IOF são os bancos, que, ao ter conhecimento, já sinalizaram para a tributação", afirma.

A empresa ingressou com a ação após comunicado do Banco do Brasil, no começo do mês de fevereiro, informando que passaria a aplicar 0,38% de IOF nos casos em que os valores tivessem sido mantidos no exterior por prazo superior ao dia em que o depósito foi feito pelo adquirente dos produtos ou serviços.

Como a redação do Decreto 6.306 não se alterou e não foi editada lei nova, continua a valer a alíquota zero de IOF, segundo o advogado Fabio Calcini.

"Pouco importa se esses recursos ficaram por um período no exterior", diz. O especialista em tributos explica que o foco do IOF é regular operações e não arrecadar. "Não há razão de controle cambial que justifique essa mudança de entendimento do Fisco."

O percentual da alíquota do imposto pode parecer pequeno, mas o impacto financeiro para o caixa das exportadoras é significativo, acrescenta Calcini. "Estamos distribuindo ações na Justiça e vamos usar as primeiras liminares obtidas, na argumentação, para questionar a cobrança", afirma o tributarista.

O recebimento de recursos de exportação em contas no exterior é uma rotina comum entre os exportadores brasileiros, enfatizam os advogados Carolina Secches e Marcos Neder, do escritório Trench Rossi Watanabe. "Seja por ser mais conveniente para o negócio ou porque o exportador tem despesas que precisa pagar lá fora. Então ele recebe, usa parte do dinheiro para pagar as despesas e traz somente o restante", diz Carolina.

Para os advogados, transitar pela conta bancária no exterior não desvirtua a natureza dessas receitas. "Não deixou de ser de exportação", frisa Neder. Ele chama atenção que até recentemente os exportadores eram obrigados a preencher uma declaração sobre o uso de recursos em moeda estrangeira, a Derex. Por meio dela, a Receita podia confirmar que tais recursos eram receitas oriundas de exportação.

A Receita Federal foi procurada pelo **Valor**, mas informou que não iria se manifestar sobre o assunto. Já a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/03/2019

Seção: Finanças

Autor: André Mizutani | De São Paulo

Título: Wall Street começa a semana em alta com valorização do petróleo

Os índices acionários de Nova York iniciaram a semana em alta, impulsionados pelo petróleo.

Os preços do petróleo fecharam em alta ontem depois que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) alcançou um consenso para manter os cortes de produção até o final de junho, de acordo com o ministro de Energia da Arábia Saudita, Khalid al-Falih, após a reunião do cartel em Baku, no Azerbaijão.

O índice Dow Jones fechou com ganhos de 0,25%, aos 25.914,10 pontos. Já o S&P 500 subiu 0,37%, a 2.832,94 pontos, e o Nasdaq avançou 0,34%, a 7.714,47 pontos. No ano, o Dow Jones acumula ganho de 11,09%, enquanto o S&P 500 sobe 13,01%. E o Nasdaq, 16,26%.

Os contratos futuros do WTI para abril fecharam em alta de 0,97%, a US\$ 59,09 por barril na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex), enquanto o Brent para maio subiu 0,56%, a US\$ 67,54 por barril na ICE, em Londres.

Os ganhos do petróleo impulsionaram o setor de energia, que fechou em alta de 1,39%, na ponta positiva do S&P 500.

Os investidores aguardam agora as decisões de política monetária dos bancos centrais dos EUA e do Reino Unido. O Federal Reserve divulga a sua decisão na tarde desta quarta e o Banco da Inglaterra (BoE), na manhã de quinta. A expectativa para ambos é que os juros permaneçam estáveis, mas os investidores estarão atentos a sinais sobre a trajetória futura de política monetária depois de novos dados reforçando a perspectiva de desaceleração econômica, sobretudo para o setor industrial, e da pausa no processo de normalização monetária sinalizada pelo Fed.

"A extensão dessa pausa é o que o mercado realmente quer saber", diz Esty Dwek, estrategista sênior de investimentos da Natixis Investment Managers, à Dow Jones Newswires.

Na Europa, a libra chegou a tocar a mínima de US\$ 1,31830 após o presidente do Parlamento britânico, John Bercow, ter dito que a primeira-ministra Theresa May não pode submeter a sua proposta para o Brexit novamente ao Parlamento. No fechamento dos mercados nos EUA, a libra era negociada a US\$ 1,32506, com alta de 0,34%. O ICE Dollar Index tinha queda de 0,09%, a 96,51 pontos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/03/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: 'BNDES terá de devolver R\$ 126 bilhões'

Entrevista

Waldery Rodrigues Júnior, secretário especial de Fazenda

Para secretário especial de Fazenda, é preciso destravar crédito no País e garantir maior atuação do setor privado

O BNDES tem condições de devolver na íntegra à União R\$ 126 bilhões em 2019, na avaliação do secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior. O ofício com o pedido já foi encaminhado ao presidente do banco, Joaquim Levy. Na primeira entrevista no cargo, Waldery afirma que é preciso destravar o canal de crédito no País e garantir uma maior participação do setor privado. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O governo vai cobrar do BNDES uma devolução antecipada dos recursos? Mandamos ofício com a solicitação de devolução antecipada de R\$100 bilhões, além dos R\$ 26 bilhões já previstos para o ano. Como o ministro Paulo Guedes falou, tem que "despedalar" o BNDES. A devolução está totalmente condicionada à situação de liquidez, solvência e governança do banco.

O que significa "despedalar"?

Retornar para os cofres da União os valores que foram emprestados na forma de subsídios, extremamente caros ao País. Essa discussão se dá dentro da intenção da redução do crédito direcionado e aumento do crédito privado. Os recursos que o BNDES recebeu em governos anteriores levaram a um funcionamento disfuncional do banco. Ele tem ainda R\$ 270,9 bilhões de recursos que foram emprestados pelo Tesouro e que geraram subsídios de R\$ 170,3 bilhões. Um custo gigantesco para União. O ofício foi cristalinamente claro. O pagamento poderá ser feito em parcelas: 50%, mais 30% e 20% ou 40%, mais 40% e 20%. O quanto antes, melhor.

O aumento do BNDES no passado recente foi um impedimento do mercado de crédito privado?

O efeito deletério maior com o gigantismo do BNDES se deu na redução do mercado de capitais.

Qual a relação entre a devolução e abertura da caixa preta do BNDES que o presidente Jair Bolsonaro cobra?

De fato, o presidente Bolsonaro colocou a necessidade de um BNDES transparente. Algumas medidas foram colocadas pelo Levy para dar transparência aos maiores devedores, mas há espaço para um tratamento mais incisivo. Entendemos que a antecipação de recursos e o direcionamento do BNDES para as funções com maior eficiência diminuem canais de problemas, como no passado.

A privatização da Eletrobrás ficou para 2020?

Pelo contrário. Não fica para 2020. Nosso posicionamento assertivo é de realizarmos a venda em 2019.

A tempo de ajudar o resultado fiscal?

Sim. Embora não seja esse o único objetivo.

Os programas considerados ineficientes vão acabar?

Exatamente. No próximo ano. Estamos buscando a gestão efetiva para programas que geram emprego. Por exemplo, seguro desemprego vai ser reformatado e também o abono salarial.

Mas o abono já está contemplado na reforma da Previdência. Serão feitas outras mudanças?

Após a aprovação da PEC da Previdência, vamos ver o comportamento do mercado de trabalho para o atendimento. Por medida de equidade, vamos analisar como as faixas mais baixas de renda vão se comportar em relação à aprovação da PEC. O seguro desemprego é para aprimorá-lo. Outro ponto importante é que cada área busque trazer produtividade e competitividade. Por exemplo, a questão fiscal, que é tão cara para nós, é meio, e não fim. O cuidado e zelo com a questão fiscal é importantíssimo, mas não é fim. Por exemplo, se o resultado primário vai ser negativo, e há essa expectativa, pelo sexto ano, não iremos aumentar imposto para ter melhoria. Não há nenhuma expectativa de aumento de carga tributária durante a gestão do presidente Bolsonaro.

Qual é o fim?

É o crescimento sustentável de alta intensidade e aumento substancial de alta produtividade.

O que é isso?

A expectativa de crescimento em 2019 está em 2,2%. Esse é um valor bom, mas nem de longe é o potencial da economia. O PIB potencial é muito além desse valor. Medidas podem ser feitas para desamararrar a economia para crescimentos a taxa de 3%, 4% ao ano.

Quais medidas estão a caminho para aumentar o PIB?

Faremos uma reformatação das garantias. Essa é uma das medidas estruturais do lado real da economia. Isso impacta muito substancialmente o crescimento via o canal de crédito. Nossa intenção é uma reformulação completa do FGTS.

Em qual direção?

Em várias direções. Em particular, numa melhor gestão. Estamos falando de um estoque de R\$ 524 bilhões que o FGTS tem e um fluxo substancial. Hoje, o FGTS é uma poupança compulsória para o trabalhador e é uma poupança negativa.

O objetivo é melhorar a gestão para aumentar os investimentos no País?

Sim, efetivamente. A linha geral é isso mesmo. Vai ter de reformatar FI-FGTS, que tem hoje até R\$ 36 bilhões. Nós temos também de reformatar o Minha Casa, Minha Vida.

Como?

A direção é de eficiência alocativa bem maior do que é hoje.

Será algo como foi feito com o Fies, diminuindo os subsídios?

Não na mesma magnitude. Mas redução do subsídio é algo que está no radar.

Os detalhes vamos dizer mais à frente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/03/2019

Seção: Economia

Autor: Beatriz Bulla CORRESPONDENTE / WASHINGTON Ricardo Leopoldo ENVIADO ESPECIAL

Título: Brasil aceitará dinheiro chinês, diz Guedes nos EUA

Ministro "convidou" americanos a investirem em infraestrutura no País, mas disse que governo continuará aberto a recursos da China

Nos Estados Unidos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, fez uma provocação aos americanos sobre a relação do Brasil com a China. Ao dizer que o País está aberto a investimentos, Guedes foi claro ao sinalizar que o País continuará a fazer negócio com os chineses. "Nós vemos vocês fazendo negócios com chineses há anos. Por que nós não podemos? Por que não podemos deixar eles investirem em infraestrutura?", questionou o ministro da Economia. De forma humorada, ele mostrou que o País está aberto a quem quiser investir em infraestrutura. "Temos um presidente que adora a América. Eu também. Adoro Coca-Cola e Disneylândia. É uma grande oportunidade para investir no Brasil. Eu os convido para essa nova parceria", disse.

"Os chineses querem dançar conosco e querem investir lá. Disse ao presidente: amamos os Estados Unidos, mas vamos fazer comércio com quem for mais lucrativo", ressaltou. Os EUA contam com o Brasil para diminuir a influência da China na América Latina. Guedes foi direto, em discurso a empresários na Câmara de Comércio Americana, ao dizer que o País precisa conseguir investimentos em infraestrutura para reduzir o custo Brasil, os tributos e abrir a economia. Acordos. Hoje, os presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro vão se encontrar na Casa Branca. No comunicado que farão à imprensa, devem afirmar que os dois países querem caminhar para um livre-comércio.

No médio prazo, no entanto, isso significa trabalhar por acordos de convergência regulatória e facilitação de comércio e investimentos. Algumas questões práticas da pauta agropecuária não devem ser resolvidas, como a reabertura do mercado americano para compra de carne in natura brasileira. Na outra ponta, os EUA pressionam pela abertura do mercado brasileiro para

importação de carne de porco dos americanos. "Se os EUA querem vender carne de porco para nós, então comprem nossa carne (bovina). Querem vender etanol? Ok, comprem nosso açúcar", apontou o ministro. "O mais importante é que sejamos parceiros comerciais estratégicos para o futuro."

O ministro teve uma reunião com o secretário do Comércio dos EUA, Wilbur Ross, na qual ressaltou ser importante que as grandes corporações dos dois países ampliem o diálogo. "Vamos pegar as 50 maiores empresas dos EUA e do Brasil para conversar", apontou. "Ao mesmo tempo, o ministro da Economia fez um apelo para que os EUA ajudem o Brasil na candidatura do País à OCDE. A entrada na organização, considerada um clube dos países ricos, é vista por Guedes como um selo de confiança internacional. "Por favor, nos ajudem a entrar na OCDE." Gasto público.

Aos empresários, ele defendeu o governo Bolsonaro, disse que o País é uma democracia muito estável e que o presidente tinha "colhões" para controlar o gasto público. "Ninguém tinha colhões para fazer o controle do gasto público. Agora, temos alguém que tem colhões", afirmou. "Em 60 dias, o presidente enviou ao Congresso duas reformas muito importantes", disse, citando o pacote anticrime, de Sérgio Moro, como a segunda reforma importante. Sobre a reforma da Previdência, Guedes insistiu que "nenhum brasileiro será deixado para trás", mas que a seguridade social não será uma "fábrica de privilégios".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Às pressas

Painel S.A.

Está dada a largada de uma corrida para instalar parques de geração de Energia de matriz solar. O motivo: a Aneel deverá mudar suas regras para cobrar os donos de painéis pelo uso da estrutura das distribuidoras. Quem se conectar antes da alteração pagará no modelo antigo, mais barato. O arranjo mais comum é uma forma de conglomerado — uma empresa arrenda um terreno com painéis a terceiros, que poderão descontar a Energia gerada de suas contas de luz.

Capacete

O STJ julga nesta terça (19) uma ação que discute se a ANP (Agência Nacional do Petróleo) pode aplicar multas à Petrobras por questões de segurança do trabalho. A agência infligiu duas, que somam R\$ 2,6 milhões.

com Felipe Gutierrez, Igor Utsumi, Ivan Martínez-Vargas e Paula Soprana

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/03/2019

Seção: Tendências e Debates

Autor: Leonam dos Santos Guimarães

Título: Mais luz na questão nuclear

Cultura de segurança é requisito sério na indústria

Presidente da Eletronuclear

Recentemente, **o ministro de Minas e Energia** propôs uma discussão franca sobre o uso pacífico da energia nuclear no país. Foi o suficiente para fazer renascer o discurso preconceituoso sobre o tema. Esta Folha publicou um artigo (“Brumadinho, Flamengo, angra: e o bom senso?”, de Chico Whitaker, 5/3) que, sob o pretexto de abordar uma suposta falta de cultura de segurança no país, direciona seus argumentos contra a conclusão de angra 3.

Para tanto, o autor estende sobre todo o setor de tecnologia do país um manto de incompetência na gestão da segurança de empreendimentos de natureza complexa no qual mistura acidentes em barragens com os incêndios na boate Kiss e no Flamengo. Depois, cria um cenário de devastação apocalíptica que mais se assemelha a um filme de ficção ao estilo Mad Max. Tudo para levantar uma questão, já amplamente respondida, de que o projeto de angra 3 é ultrapassado e não incorpora melhorias advindas do estudo dos acidentes de Three Mile Island (EUA, 1979), Chernobyl (Ucrânia, 1986) e Fukushima (Japão, 2011).

Deixando de lado esse enredo fantasioso, vamos nos ater aos fatos.

Em primeiro lugar, cultura de segurança é um requisito tão sério na indústria nuclear que a Eletronuclear possui uma política específica sobre o assunto que diz que “a segurança nuclear é prioritária. É mais importante que a produtividade e a economia e não deve ser comprometida por qualquer razão”.

Em mais de 36 anos de operação da Central Nuclear de angra dos Reis, nunca houve qualquer evento que ameaçasse a segurança dos trabalhadores, da população ou do meio ambiente. Usinas nucleares empregam o princípio de defesa em profundidade, que consiste na construção de barreiras sucessivas para impedir o vazamento de material radioativo. Também existem sistemas ativos e passivos de controle para desligar o reator de forma segura. Além disso, as três usinas de angra mantêm um rigoroso processo de melhoria contínua que incorpora lições aprendidas com outras usinas.

Procedimentos rigorosos de acompanhamento, verificação e controle são adotados desde o início do projeto básico até o final da vida da usina. Para entrar em operação, uma usina nuclear precisa de licenças da Cnen (Comissão Nacional de Energia Nuclear) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Ambas as organizações fiscalizam as atividades da Central Nuclear de forma contínua. A Cnen, inclusive, mantém inspetores residentes, acompanhando em tempo real toda a operação. As instalações também são auditadas pela Agência Internacional de Energia Atômica e pela Associação Mundial de Operadoras Nucleares.

Por fim, vale destacar que, hoje, temos cerca de 450 usinas nucleares em operação no mundo, responsáveis por 11% da energia consumida no planeta. Esse fato faz com que milhões de toneladas de gases de efeito estufa deixem de ser lançados na atmosfera. No Brasil, as emissões do setor elétrico cresceram 171%, entre 2011 e 2014, enquanto a produção de energia cresceu apenas 11%. Essa situação melhorou nos últimos anos, mas continua preocupante.

Por outro lado, a China e a Índia têm conseguido reduzir suas emissões, sendo a energia nuclear um dos pilares dessa mudança. Eles compreenderam que o carvão e os combustíveis fósseis têm de ser substituídos e as renováveis não são suficientes por si só. Para eles, a nuclear é vista como uma fonte estratégica de energia para o futuro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Thiago Resende e Bernardo Caram

Título: Governo deve anunciar série de medidas econômicas nesta semana

O governo deve anunciar nesta semana medidas econômicas e plano de ajuda para estados.

Nesta segunda-feira (18), o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, informou que a equipe econômica prepara ações relacionadas a crise nos estados, Eletrobras, acordo com a Petrobras e empresas em recuperação judicial.

Sem dar detalhes, Waldery afirmou que a ideia é adotar medidas conjunturais e estruturais para os entes de federação, que passam por grave crise financeira. O programa de ajuda a estados, que vem sendo elaborado pela equipe econômica, deve condicionar antecipação de créditos à aplicação de medidas de

ajuste fiscal pelos governos regionais, como o impedimento de concessão de reajustes salariais a servidores.

A ideia é que o Banco Mundial autorize empréstimos com garantia da União a estados que aprovarem medidas para controlar gastos e modernizar a arrecadação.

A regra valerá para estados que apresentam condição ruim para honrar dívidas. Hoje, 15 governos regionais são classificados pelo Tesouro com notas C e D. Eles não têm direito de fazer empréstimos com garantia da União, uma espécie de seguro que torna os juros mais baixos.

O plano de ajuda a estados faz parte da estratégia do ministro Paulo Guedes (Economia) para conseguir o apoio de governadores na articulação para aprovar a proposta de reforma da Previdência.

Outros temas prioritários para o governo na área de Energia, segundo o secretário da Economia, também devem ser detalhados nesta semana.

Waldery disse que decisões sobre o futuro da Eletrobras devem ser apresentadas, mas não deu nenhuma informação sobre o assunto.

A equipe econômica vem discutindo uma forma de capitalização da estatal, envolvendo venda de ações. Mas, conforme a Folha publicou em fevereiro, o processo não deve ser feito em 2019, o que reduziria a previsão de receitas para o ano.

Segundo o secretário, o governo também pretende anunciar medidas envolvendo o contrato de cessão onerosa.

Em 2010, a união fechou um acordo de cessão onerosa com a Petrobras. O governo decidiu destinar 5 bilhões de barris à petroleira como sua parte na capitalização da estatal.

No entanto, o contrato contém brechas que hoje permitem à Petrobras cobrar uma diferença referente a variações cambiais e à cotação.

As medidas a serem anunciadas nesta semana devem prever ainda ações relacionadas a recuperação judicial e falências de empresas.

O anúncio deve ocorrer na quarta-feira ou na quinta (21).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 19/03/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Mauro Zafalon**Título:** Negociações do agro têm pouco a evoluir entre Estados Unidos e Brasil

Vaivém das commodities

O presidente Jair Bolsonaro começa as suas viagens internacionais por um país admirado pelo novo governo, mas que tem pouco a oferecer para o agronegócio brasileiro, pelo menos a curto prazo.

São economias complementares no setor, e as negociações serão muito difíceis.

A complementaridade dos dois países é tão forte que tanto as exportações brasileiras para os EUA como as importações de lá, no setor de alimentos, foram de US\$ 1,24 bilhão, nas duas direções em 2018.

O etanol está entre os produtos líderes da pauta entre os dois países, que, mais uma vez, compram um do outro e enviam um ao outro produtos na mesma quantidade e valor. O volume financeiro fica próximo de US\$ 700 milhões.

No saldo global do agronegócio, o Brasil ainda leva vantagem em relação aos Estados Unidos, quando incluída a comercialização de produtos como celulose e madeiras.

As exportações totais do agronegócio brasileiro para os americanos somaram US\$ 3,5 bilhões, enquanto as importações ficaram em US\$ 2,7 bilhões no ano passado, conforme dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior).

O setor de carnes, no qual os dois países têm papel importante tanto na produção como na exportação mundiais, há pouco a mudar.

Na área de carne bovina, os pecuaristas dos Estados Unidos não têm muito interesse na abertura do mercado para os brasileiros.

O país ficou quase duas décadas para abrir o mercado norte-americano para a carne “in natura”, mas a perdeu em poucos meses.

No setor de aves, os dois lideram a produção mundial e estão bem com as posições que têm. Já a abertura da carne suína não decolou.

Algumas mudanças poderiam vir do setor sucroenergético, mas também parecem bem distantes e exigiriam um toma lá da cá.

Os norte-americanos reclamam da tarifa brasileira sobre o etanol deles, mas impõem barreiras ao açúcar brasileiro.

O Brasil até concorda com a abertura do mercado de álcool, mas quer, em compensação, o fim das cotas de açúcar, que atualmente dão direito ao Brasil de colocar apenas 170 mil toneladas em território dos EUA. Fora desse limite, as taxas de importação tornam as exportações brasileiras inviáveis.

O Brasil leva uma forte desvantagem no setor de agroquímicos. As importações brasileiras de inseticidas, herbicidas e fungicidas somaram US\$ 710 milhões, enquanto as de adubo atingiram US\$ 727 milhões no ano passado.

Já no setor de madeira e de celulose, a vantagem é dos brasileiros. O avanço da floresta plantada no Brasil permitiu que as exportações desses dois produtos atingissem US\$ 2,2 bilhões em 2018.

NA ATIVA

A região centro-sul deverá ter 267 usinas em operação na safra 2019/20. Esse número praticamente repete o do período 2018/19, quando 268 unidades estiveram em funcionamento. Para esta safra, que deverá ter início em abril, duas delas deixam de funcionar, enquanto uma outra retoma as atividades. Já estão em operação no centro-sul oito unidades processadoras de cana-de-açúcar e oito plantas com fabricação de etanol a partir de milho, segundo a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/03/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Patrícia Campos Mello e Marina Dias

Título: Brasil e EUA assinam acordo que permite uso comercial de Alcântara

Estados Unidos e Brasil assinaram nesta segunda-feira (18) o acordo de salvaguardas tecnológicas que vai permitir o uso comercial da base de Alcântara (MA).

Durante cerimônia em Washington, o presidente Jair Bolsonaro quebrou o protocolo e foi até o púlpito onde ocorria a chancela do documento. “Presidente pode”, disse.

Os signatários do texto, do lado do Brasil, foram os ministros Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia). Pelos EUA, Christopher Ford, secretário assistente do Escritório de Segurança Internacional e Não Proliferação do Departamento de Estado americano.

O acordo, negociado há mais de 20 anos, é o que a visita de Bolsonaro aos EUA terá de mais concreto. Segundo estimativas do Ministério da Defesa, o Brasil poderá faturar até US\$ 10 milhões alugando a base para lançamentos.

No entanto, após assinado, o acordo agora precisa ser aprovado pelo Congresso.

Da última vez em que um texto de salvaguardas tecnológicas foi acordado com os EUA, em 2000, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foi barrado pelo Legislativo brasileiro, inclusive pelo então deputado Jair Bolsonaro, que votou contra.

A linguagem do novo tratado foi modificada para aumentar a probabilidade de aprovação no Congresso, com menos ingerência americana. Ainda assim, trata-se de um tratado que não entrará em vigor tão breve. Segundo levantamento da CNI, acordos que envolvem assuntos econômicos e financeiros levam em média quatro anos da assinatura à promulgação.

Além do acordo de salvaguardas tecnológicas, foi assinado um “ajuste completar”, ou seja, parceria entre a americana Nasa e a AEB (Agência Espacial Brasileira) para cooperação na tarefa de pesquisa de observações de clima.

Esse trato possibilitará o lançamento do Projeto Sport, que vai construir, lançar e operar um pequeno satélite para monitoramento climático.

Por fim, foi assinada uma carta de intenções entre a Usaid (Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA) e o Ministério do Meio Ambiente do Brasil para, segundo o documento, “conservar a biodiversidade e promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira”.

Como antecipou a Folha, os EUA anunciaram que o Brasil passará a ter o status de “major non-NATO ally” — aliado prioritário extra-Otan.

A designação cabe a países que não são membros da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), mas são considerados aliados estratégicos militares dos EUA. Com isso, o país passa a ter acesso a vários tipos de cooperação militar e transferências de tecnologia.

A decisão foi unilateral dos EUA e, segundo o acordo, visa “cooperação em segurança e defesa com parceiros estratégicos”. O Brasil foi o 17o país a receber o status desde 1961 e o segundo nas Américas.

A designação agrada a ala militar porque deve expandir a cooperação entre as forças dos dois países e a chance de comprar equipamentos.

Ao se tornar grande aliado extra-Otan dos EUA, o Brasil passará a ter acesso preferencial à compra de equipamentos militares americanos, com isenções dentro da Lei de Exportação de Armas que rege a venda desses produtos sensíveis. Também terá prioridade para receber de graça ou a preço de custo “artigos de defesa em excesso”, que não são mais usados pela Defesa americana ou em estoque excessivo.

O Brasil também será autorizado a participar de algumas licitações do Departamento de Defesa dos EUA e terá maior facilidade na compra de tecnologia espacial.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/03/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Vale começa a pagar auxílio a vítimas de barragem

Oitocentos moradores de Brumadinho receberão benefício durante um ano; valores vão de R\$ 249 a R\$ 998, segundo faixa etária

A Vale, dona da barragem de rejeito de minério que se rompeu em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, anunciou ontem que começou a fazer os pagamentos emergenciais a vítimas da tragédia, previstos no acordo preliminar ajustado com os Ministérios Públicos Federal e Estadual, as Defensorias Públicas da União e do estado e as Advoca-cias do estado e da União.

As famílias cadastradas têm direito de receber, durante um ano, um salário mínimo por adulto (R\$ 998), meio salário mínimo por adolescente (R\$ 499) e o equivalente a um quarto de salário mínimo por criança (R\$ 249,50), além de cesta básica de R\$ 405.

Segunda a Vale, neste primeiro momento 800 moradores de Córrego do Feijão e Parque da Cachoeira, as regiões mais prejudicadas pela lama, vão receber o pagamento.

O pagamento emergencial para outras localidades de Brumadinho e até um quilômetro da calha do Rio Paraopeba, de Brumadinho à cidade de Pompeu, vai ser definido em audiência com a Justiça na próxima quinta-feira. O rompimento da barragem deixou 207 mortos e 101 desaparecidos.

DEPOIMENTO NA CPI

O presidente afastado da Vale, Fabio Schvartsman, encaminhou ontem à CPI de Brumadinho um atestado médico e um documento em que pede à presidente da comissão, senadora Rose de Freitas (Pode-ES), o adiamento de seu depoimento previsto para a próxima quinta-feira.

A convocação do executivo foi aprovada na última quarta-feira na comissão que apurar o rompimento da barragem da Vale. A CPI volta a se reunir hoje e deve analisar o pedido de Schvartsman.

Também ontem, a Vale assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Prefeitura de Pará de Minas no qual se responsabiliza pela realização de obras que garantam o abastecimento de água do município.

Em nota, a empresa informa que serão feitas perfurações de novos poços artesianos bem como manutenção dos já existentes, além de nova captação no córrego dos Moreira, para ser interligada na tubulação já existente do Rio Paraopeba. Segundo a Vale, o prazo para a conclusão dos poços e da nova captação do córrego é junho deste ano.

O Rio Paraopeba, principal fonte de captação de água de Pará de Minas, foi atingido pela lama decorrente do rompimento da Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, no último dia 25 de janeiro.

De acordo com o prefeito Elias Diniz (PSD), a Vale aceitou os termos propostos pelo município e já iniciou ontem os trabalhos previstos no TAC, “visando solucionar o problema de abastecimento de água do município”. (Do G1)

MME / ASCOM .